JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 2.073 – Brasília, terça-feira, 21 de dezembro de 2004

Aprovação de MPs abre caminho para exame do projeto das parcerias

Senadores votaram ontem três medidas provisórias, tratando de temas como ajuda a países africanos, plano de carreira do Incra e créditos adicionais para ministérios. Hoje, pauta inclui seis outras MPs

Roosevelt Pinheiro

AGENDA Entre as MPs na pauta, está a que estabelece normas para o plantio e a comercialização de soja

O Senado pode votar hoje seis medidas provisórias, desobstruindo sua pauta e abrindo caminho para a votação do projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs). A proposta das PPPs, segundo o líder do PFL, José Agripino, tem "quase a unanimidade da Casa" em seu favor. Ontem, os senadores aprovaram três MPs: a que estabelece ajuda a países africanos atingidos pela praga de gafanhotos, a que trata do plano de carreira do Incra e a que destina crédito de R$ 1,36 bilhão a vários ministérios.

Entre as medidas provisórias na pauta de hoje, está a que cria a Secretaria da Receita Previdenciária. Responsável pela ações relacionadas à arrecadação, fiscalização e normatização do recolhimento de contribuições sociais, o novo órgão, conforme acredita o governo, deve gerar receitas adicionais de R$ 2 bilhões ao ano.

Páginas 3 e 4

Renan quer garantir referendo sobre armas

Página 5

Para Simon, é necessário repensar pacto federativo

Página 6

Agronegócio enfrenta turbulência, adverte Jonas

Página 7

ORÇAMENTO DE 2005

Compensação a estados pode chegar a R$ 6,5 bi

Perda de ICMS por parte dos estados exportadores, provocada pela Lei Kandir, deve ser compensada com fundo de R$ 6,5 bilhões. A informação é do relator da proposta do Orçamento para 2005, Romero Jucá.

Páginas 5

Roosevelt Pinheiro

CAUSA Emenda ao Orçamento que destina recursos à construção de vila olímpica no Paraná traz o atleta Vanderlei Cordeiro de Lima ao Congresso

Moreira Mariz

PROVIDÊNCIAS Relator do Orçamento, Romero Jucá (*conversando com Fernando Bezerra*) remaneja verbas para viabilizar aumento do mínimo

Roosevelt Pinheiro

VIGOR Ney Suassuna lembra que a Vale está presente em 13 estados e quatro continentes

Suassuna destaca a liderança mundial da Vale

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um balanço positivo das atividades da Companhia Vale do Rio Doce, que, além do "excelente desempenho como mineradora, tem administrado de forma competente suas ferrovias", conforme afirmou. O parlamentar observou que a Vale foi responsável por exportações da ordem de R$ 3,95 bilhões em 2003, valor que deve crescer em 50% neste ano.

O senador disse que trazia uma "notícia boa, entre tantas ruins", como estradas em mau estado e ferrovias desativadas. E passou a enumerar as conquistas da empresa, criada em 1942 como estatal e privatizada em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Suassuna, passados cinco anos de sua venda ao setor privado, a Vale é líder mundial no mercado de minério de ferro e pelotas, segunda maior produtora global de manganês e ferroligas, além de maior prestadora de serviços de logística do Brasil. A mineradora está presente em 13 estados brasileiros e em quatro continentes (Américas, Europa, África e Ásia).

Agenda

MP da soja transgênica em votação

A sessão de hoje está marcada para as 10h. Na pauta, seis medidas provisórias que ainda trancam a pauta do Plenário. Entre elas, a que estabelece normas para o plantio e a comercialização da soja transgênica na safra de 2005 (PLV 67/04) e a que cria a Secretaria da Receita Previdenciária (PLV 66/04). O novo órgão vai centralizar as ações relacionadas à arrecadação e à fiscalização e normatização do recolhimento de contribuições sociais a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Congresso analisa créditos suplementares

Senadores e deputados reúnem-se hoje, a partir das 18h30, em sessão conjunta do Congresso Nacional. Na ocasião, serão analisadas proposições sobre projetos de créditos suplementares aprovadas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Na última sessão conjunta, os parlamentares aprovaram cerca de R$ 2,5 bilhões em créditos suplementares para ministérios e empresas estatais.

Senado e Natal Solidário

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 10h, da solenidade de entrega às entidades filantrópicas Ação Social João XXIII, Galpão da Sopa e Casa da Sopa das doações arrecadadas pela campanha Natal Solidário 2004. Às 11h, Sarney comparece à entrega do título de Amigo do Livro, e anúncio do calendário do Vivaleitura 2005 e Ano Ibero-Americano da Leitura.

Mercosul promove audiência pública

A Comissão Conjunta do Mercosul realiza hoje, às 9h, audiência pública sobre o tema "Contenciosos Brasil, Argentina e Uruguai: Arroz, Vinho e Carne". Entre os palestrantes estão os deputados Berfran Rosado e Jerônimo Goergen; o presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul, Valter Pötter; e representantes dos Ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores.

Comissão examina relatórios setoriais

A reunião de hoje da Comissão Mista de Orçamento (CMO) está marcada para as 15h. Na pauta, projetos de créditos suplementares e requerimentos, além da análise dos dez relatórios setoriais da proposta orçamentária de 2005. O projeto de orçamento é a principal matéria a ser analisada durante a autoconvocação.

CPI do Banestado

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, que investigou o envio ilegal de dólares para o exterior, pode ser votado hoje, a partir das 11h. O texto é fruto de cerca de um ano e meio de trabalho, e pede o indiciamento do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, entre outros.

Cinema digital

A TV Senado apresenta hoje, às12h30, o programa *Entrevista*, que tem o jornalista e crítico de cinema Marcelo Lyra como convidado. Ele fala sobre o cinema digital, produções feitas para serem exibidas tanto em tela grande como pelas emissoras de TV.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Roosevelt Pinheiro

CONGRATULAÇÃO Hélio Costa (*foto*) louva trabalho do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel

Hélio Costa reconhece a força da microempresa

Ao apresentar congratulações ao prefeito eleito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (PT), o senador Hélio Costa (PMDB-MG) louvou a ação de desenvolvimento e apoio às pequenas e microempresas que levou adiante, nos últimos dois anos, como prefeito em exercício, em substituição a Célio de Castro, licenciado do cargo por motivos de saúde.

Segundo o senador, Pimentel, que foi diplomado pela Justiça Eleitoral no sábado, teve muito êxito ao criar os chamados *shoppings* populares da cidade, designando espaço específico para abrigar os ambulantes, antes espalhados pelas ruas do centro da cidade. Eles se transformaram em pequenos e microempresários, participando da economia da cidade, contribuindo com impostos e gozando dos direitos da cidadania plena, destacou.

Hélio Costa lembrou que as micro e pequenas empresas são responsáveis por nada menos do que 56% do emprego formal no país, o equivalente a 60 milhões de postos de trabalho. São, portanto, instrumento de fundamental importância para a retomada do crescimento, a redução da taxa de desemprego, a distribuição de renda e a inclusão social.

O senador citou pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Auxílio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) mostrando que essas empresas de pequeno porte estão, agora, apostando no caminho para o exterior, na hora de pensar em expansão e novos negócios.

Segundo a pesquisa, no primeiro semestre deste ano, 722 micro e pequenas empresas estrearam no mercado internacional. Apoiadas em consórcios ou individualmente, conquistaram fatias de mercado dos Estados Unidos, Canadá e União Européia, disse o senador.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

VOTAÇÕES

Plenário aprovou três medidas provisórias, entre elas a que abre crédito de R$ 1,36 bilhão para ministérios e a que destina ajuda a países africanos atingidos pela praga do gafanhoto. Hoje serão examinadas mais seis MPs

Senado pode decidir hoje sobre as PPPs

Os senadores votaram ontem três das nove medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta. As demais serão examinadas hoje, a partir das 10h. Foram aprovadas a MP que destina ajuda aos países africanos atingidos pela praga de gafanhotos (18/04); a que cria plano de carreira no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e a que abre créditos de R$ 1,36 bilhão a vários ministérios (17/04).

Caso seja desobstruída a pauta, poderá ser votado ainda hoje o Projeto de Lei da Câmara 10/04, que regulamenta as parcerias público-privadas (PPPs) – investimentos do governo federal em conjunto com empresários na área de infra-estrutura, com destaque para telecomunicações, transportes, geração e distribuição de energia elétrica.

De acordo com o líder do PFL, senador José Agripino (RN), a oposição cumprirá o acordo de votar as MPs e o projeto das PPPs, que tem "quase a unanimidade da Casa". Ele advertiu o governo, no entanto, para que cumpra os acordos que têm sido construídos com a oposição. Agripino se referiu às matérias que aguardam deliberação da Câmara, como a PEC paralela da Previdência e a reforma tributária. "Se o governo não cumprir o que prometeu, o PFL obstruirá todas as votações a partir de fevereiro", disse.

O primeiro item da pauta é o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 63/04, que alterou a MP 219/04 e concede descontos de ordem tributária na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins.

Entre as medidas a serem examinadas está o PLV 66/04, proveniente da MP 222/04, que cria a Secretaria da Receita Previdenciária. Caberá ao novo órgão centralizar as ações relacionadas à arrecadação, fiscalização e normatização do recolhimento de contribuições sociais, a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que passará a cuidar, exclusivamente, das atividades de prestação de serviços, concessão de benefícios e de aposentadoria aos beneficiários da Previdência Social.

Sonegação

A nova secretaria, segundo prevê o governo, irá aperfeiçoar e melhorar todo o sistema de arrecadação previdenciária do país. A estimativa é de que sejam gerados ganhos da ordem de R$ 2 bilhões anuais em termos de receitas adicionais, com a diminuição da evasão das contribuições e combate à sonegação.

Outra proposta de destaque a ser votada pelo Plenário do Senado é o PLV 67/04, que estabelece normas para o plantio e a comercialização da soja transgênica para a safra 2005. Se aprovada, a medida irá beneficiar, principalmente, os agricultores do estado do Rio Grande do Sul.

Tecnologia

Constam ainda da pauta o PLV 64/04, que cria cargos em comissão no Poder Executivo, e a MP 224/04, que dispõe sobre a carreira de tecnologia militar nas Forças Armadas, gratificações e alteração na remuneração dos cargos de auditoria fiscal no âmbito da Receita Federal, da Previdência e do Ministério do Trabalho.

Como relatora-revisora, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu prazo de um dia para tentar chegar a um acordo em torno do projeto de conversão (PLV 64/04) da medida provisória (MP 219/04) que permite às empresas tributadas com base no lucro real descontarem até 25% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O presidente do Senado, José Sarney, concedeu o prazo solicitado. Ele lembrou que a sessão de hoje será às 10h e que a matéria é o primeiro item.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

ENTENDIMENTO Acordo entre lideranças permite a deliberação do Plenário sobre MPs que estão trancando a pauta

Proposta institui plano de carreira e cargos no Incra

O projeto de lei de conversão da medida provisória que institui o plano de carreira do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) cria 4.500 novos cargos de nível superior e médio na autarquia. A matéria vai à sanção.

O projeto (PLV 61/04) também institui a Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária (Gdara) e a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional (Gepdin), e promove alterações em cargos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para o relator da matéria, senador Sibá Machado (PT-AC), a aprovação da proposta fortalecerá as instituições responsáveis pela reforma agrária e agilizará os processos de desapropriação e assentamento.

MÉRITO Sibá Machado afirma que proposta vai agilizar processos de desapropriação e assentamento

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou o PLV, que a seu ver não garante a isonomia entre os funcionários da ativa e os aposentados dos órgãos alcançados pelas gratificações. Em decorrência disso, ela pediu verificação de quórum. No entanto, contando com o presidente do Senado, José Sarney, foi atingido o quórum mínimo, de 41 senadores.

Crédito suplementar para ministérios

Mediante projeto de lei de conversão, os senadores aprovaram ontem a medida provisória que destina créditos extraordinários da ordem de R$ 1,362 bilhão aos Ministérios da Agricultura, Justiça, Transportes, Planejamento, Desenvolvimento Agrário, Esporte e Defesa. Alterada pelo Senado, a matéria voltará à Câmara dos Deputados.

Os recursos decorrem de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União (no valor aproximado de R$ 195 milhões), de excesso de arrecadação (R$ 143 milhões), da anulação parcial de dotações orçamentárias (R$ 873 milhões), de juros de mora da receita administrada pela Secretaria da Receita Federal (R$ 135 milhões) e de operações de crédito decorrentes do lançamento de títulos da dívida agrária (TDAs), no valor de R$ 150 milhões.

Relatora da matéria, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) garantiu a destinação de R$ 50 milhões para a construção da Ferrovia Norte-Sul. O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) parabenizou a bancada maranhense pela inclusão de recursos para a Norte-Sul. Lamentou, no entanto, que os recursos não cheguem aos R$ 100 milhões aprovados anteriormente pela Câmara.

INFRA-ESTRUTURA Emenda de autoria de Ideli Salvatti beneficia com recursos a Ferrovia Norte-Sul

– Sabemos que esta é a Casa do possível – afirmou o parlamentar.

O projeto (PLV 62/04) destina R$ 29,5 milhões às companhias docas dos estados do Espírito Santo, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, R$ 33,7 milhões para a manutenção da malha rodoviária e R$ 100 milhões para a implantação e modernização das ferrovias. Ao todo, o Ministério dos Transportes recebe R$ 192,2 milhões para obras em portos, viadutos, rodovias e ferrovias.

Ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) são destinados R$ 716,5 milhões, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário contará com R$ 200 milhões para aquisição de terras destinadas à reforma agrária e o Ministério da Fazenda terá dotação de R$ 198 milhões para o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural e despesas com o Serpro.

VOTAÇÕES

Senado autoriza ajuda à África para combater praga

O Senado aprovou ontem o relatório do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) favorável à medida provisória (MP 218/04) que autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos no combate à praga de gafanhotos ocorrida este ano. A ajuda humanitária inclui a doação ao Senegal de uma aeronave destinada à aplicação aérea de inseticidas.

– Tenho certeza que nenhum senador será contra essa ajuda humanitária que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dá ao continente africano. É até um gesto de pagamento de dívida, já que aquele continente sofreu com as duas mais perversas políticas no mundo contemporâneo: o colonialismo e a escravidão – afirmou Crivella ao defender a aprovação da matéria.

Ações

Na justificação da medida provisória, o governo informa que as ações previstas na MP envolvem os Ministérios das Relações Exteriores, da Defesa e da Agricultura. O primeiro cuidou dos entendimentos diplomáticos com os países africanos. Ao Ministério da Defesa coube o transporte, até a capital senegalesa (Dacar), do avião pulverizador e dos produtos necessários para a aplicação de inseticida, ao custo estimado de R$ 350 mil.

O Ministério da Agricultura, por sua vez, fez a aquisição e a doação do avião pulverizador, ao custo estimado de R$ 910 mil. O governo também explica que a decisão de enviar o assunto ao Congresso por meio de medida provisória deveu-se ao fato de a nuvem de gafanhotos chegar a avançar 100 quilômetros por dia. Por projeto de lei, não haveria tempo suficiente para detê-la.

Roosevelt Pinheiro

RISCO Crivella afirma que nuvem de gafanhotos avançava até 100 quilômetros por dia

Tortorello deixa exemplo em São Caetano, diz Tuma

Romeu Tuma (PFL-SP) requereu voto de pesar pela morte do prefeito de São Caetano do Sul, Luiz Olinto Tortorello, ocorrida na última sexta-feira, em São Paulo. O senador informou que Tortorello foi prefeito da cidade por três mandatos, sempre elegendo seu sucessor. Na última eleição, em 2000, teve 78% dos votos válidos.

Afirmando que Tortorello sempre foi firme em suas decisões, Tuma relatou ocasião em que o prefeito o convidou para tomar café em seu gabinete. À época, Tuma era candidato a senador. Tortorello, então, colocou todos os secretários municipais em seu gabinete e disse que quem não apoiava a candidatura do senador poderia sair da sala "de coração aberto". Todos ficaram em silêncio e o prefeito, depois, avaliou que a reação fora muito boa, senão ele teria de demitir os que não manifestaram apoio.

O senador enalteceu o reconhecimento de outros prefeitos da região do ABC paulista. Citou, como mais representativa, a prefeita de Ribeirão Pires, Maria Inês Soares (PT), que assinalou ter uma "relação respeitosa e cordial" com Tortorello, com quem trabalhava pela integração da região.

O parlamentar lembrou as palavras do vice-presidente da General Motors do Brasil, José Carlos Pinheiro Neto, para quem não foi por acaso que São Caetano teve por várias vezes o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Tuma acrescentou que o São Caetano Esporte Clube só despontou no cenário nacional pela dedicação do prefeito.

Tuma manifestou condolências ao povo de São Caetano do Sul e à família Tortorello, informando que o deputado estadual Marquinho Tortorello (PPS) é filho de Luiz Olinto.

J. Freitas

CONTAS Comissão de Justiça decidiu sobre 124 proposições neste ano e 142 em 2003, segundo Edison Lobão

Lobão: CCJ votou todos os projetos relevantes

■ Senador apresenta balanço dos trabalhos dos dois anos em que presidiu a Comissão de Justiça

Em balanço do período em que exerceu a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o biênio 2003/2004 constituiu uma fase proveitosa, quando foram votadas todas as matérias consideradas relevantes para o país e que, regimentalmente, deveriam ser apreciadas pela CCJ.

– Posso afirmar que foi um período profícuo para o Brasil e que o Senado Federal fez a sua parte, assim como a CCJ. Em nenhum momento estivemos à margem das mudanças exigidas. Ao contrário, assumimos, por diversas vezes, a vanguarda das transformações.

Entre as matérias votadas pela CCJ e que tiveram grande repercussão, Lobão citou a reforma do Poder Judiciário e a reforma previdenciária, que recebeu, na primeira fase, nada menos que 326 emendas e 244 requerimentos de destaque para votação em separado. Lobão ressaltou que os membros da comissão realizaram "um esforço memorável" para debater a reforma estrutural do sistema tributário nacional. Em 2003, a CCJ apreciou 142 proposições, realizou 52 reuniões e 13 audiências públicas e analisou a indicação de dez autoridades. Lobão destacou o Estatuto do Torcedor, o Estatuto do Idoso, as alterações na Lei de Execuções Penais e, ainda, a criação da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

Em 2004, foram apreciadas 124 proposições. Entre essas, Lobão citou os projetos sobre penalidades para o trabalho escravo; a organização, preparo e emprego das Forças Armadas; o seqüestro-relâmpago; e alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código Penal e no Código de Processo Civil.

Campelo agradece apoio de Sarney ao TCU

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campelo, que está encerrando sua gestão à frente daquela corte e veio agradecer o apoio recebido do Legislativo.

– Não poderia deixar de vir agradecer pessoalmente ao presidente Sarney o apoio dado ao TCU, cuja presidência será assumida agora pelo ministro Adilson Mota. Foi durante a minha administração, que se encerra no dia 31, que foi aprovado o novo plano de carreira dos servidores daquele tribunal, assim como outras importantes medidas.

De acordo com Campelo, Sarney também agradeceu o auxílio dado pelo TCU ao Legislativo, em sua missão constitucional de auxiliar esse Poder na fiscalização dos gastos públicos.

Geraldo Magela

RESULTADO Recebido por Sarney, Campelo (*E*) diz que "o TCU e o Congresso sempre funcionaram com transparência, fazendo tudo para proteger o erário"

– Houve uma integração perfeita entre nossos trabalhos. O TCU e o Congresso sempre funcionaram com os pés no chão, com transparência, fazendo tudo para proteger o erário.

Campelo disse que, quando senador, conviveu durante oito anos com Sarney e testemunhou sua eficiência como homem público.

– Sarney é uma das pessoas mais competentes e transparentes deste país. É um grande político e o Brasil ainda vai precisar muito dele.

Atleta pede verbas para a Vila Olímpica de Maringá

O atleta Vanderlei Cordeiro de Lima, classificado em terceiro lugar na maratona das Olimpíadas de Atenas, foi recebido pelo relator-geral da proposta do Orçamento Geral da União, senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele reivindicou a aprovação de emenda coletiva da bancada paranaense destinada à Vila Olímpica de Maringá.

– Apoiado por todos os deputados e senadores do Paraná, fizemos uma emenda ao Orçamento no valor de R$ 15 milhões, sendo que R$ 12 milhões serão empregados em novas construções e R$ 3 milhões em reformas daquilo que será a Vila Olímpica de Maringá – informou o senador Osmar Dias (PDT-PR).

De acordo com o atleta olímpico, a expectativa é de que os recursos venham a ser liberados. "O senador Romero Jucá se dispôs a nos ajudar", afirmou.

– Quero me preparar para a Olimpíada de Pequim em 2008 na pista da Vila Olímpica de Maringá – disse Vanderlei.

Geraldo Magela

APOIO Vanderlei Cordeiro de Lima, entre Osmar Dias, Romero Jucá e o deputado Ricardo Barros, apresenta o projeto das instalações esportivas

Maratonista recebe aplausos de senadores e visitantes

Vanderlei Cordeiro de Lima foi aplaudido ontem no Plenário por parlamentares e visitantes que estavam na galeria. Os senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que presidia a sessão, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Osmar Dias (PDT-PR) fizeram discursos em homenagem ao maratonista.

Suplicy disse que Vanderlei "honrou o esporte brasileiro" por sua atuação em Atenas. Segundo Osmar Dias, o mundo reconheceu que Vanderlei ganharia o ouro na maratona se não tivesse sido atacado por um ex-padre irlandês.

Heloísa Helena (PSOL-AL) lembrou que o maratonista é "descendente de nordestinos". E Eduardo Siqueira Campos pediu palmas para o atleta. Vanderlei também foi cumprimentado pelo presidente do Senado, José Sarney.

Moreira Mariz

AVANÇO A Comissão de Orçamento conheceu ontem os relatórios setoriais, cuja votação pode começar hoje

Emendas parlamentares ao Orçamento terão R$ 6 bi

■ Jucá, relator do projeto orçamentário, também quer garantir R$ 6,5 bi para fundo dos estados exportadores

O relator do Orçamento Geral da União para 2005, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que conseguiu separar R$ 6 bilhões para emendas de parlamentares. Ele também informou que vai apresentar aos governadores proposta para que sejam destinados R$ 6,5 bilhões para o fundo de compensação das perdas com a Lei Kandir (lei de 1997 que isenta do ICMS os produtos agrícolas para exportação), o chamado fundo de exportações. Os governadores querem R$ 9 bilhões.

Jucá disse que precisa conseguir ainda R$ 12 bilhões, tanto para o fundo de exportações como para o salário mínimo, e vai conseguir isso com remanejamento de verbas, reestimativa de receitas e corte de despesas.

Governadores

Romero Jucá marcou reunião, na próxima segunda-feira, com cinco governadores de estados exportadores – Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul, Geraldo Alckmin, de São Paulo, Aécio Neves, de Minas Gerais, Blairo Maggi, de Mato Grosso, e Simão Jatene, do Pará. Jucá apresentará a proposta de R$ 6,5 bilhões para o fundo de exportações em 2005.

– É o número possível, e representa atualização dos números de 2004. Até lá, tentaremos conseguir algo mais, mas o número possível, por enquanto, é esse – adiantou.

A Comissão Mista de Orçamento fez ontem a leitura dos relatórios setoriais, que podem começar a ser examinados hoje. A estimativa do presidente da comissão, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), é que a votação vá até quinta-feira, dia 23. A partir daí, os relatórios irão para o relator, Romero Jucá, que terá até segunda-feira para fechar todo o Orçamento.

– Não vai ser tão fácil. Não concordamos com o fundo de exportações, com R$ 6,5 bilhões, porque o consideramos muito baixo, principalmente se levarmos em conta que as exportações cresceram muito em 2004, o que aumentou muito a perda dos estados exportadores – disse o vice-líder do PFL na Câmara, deputado Pauderney Avelino (AM).

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), afirmou acreditar que no dia 27 já será possível começar a votar o Orçamento Geral da União na comissão, e até o dia 29, quarta-feira, encerrar a votação no Plenário do Congresso. "Estamos fazendo todo o esforço para isso", assinalou.

Moreira Mariz

GARANTIA Renan (*entre José Jorge e José Agripino*) solicita ao relator do Orçamento que assegure R$ 300 milhões para a consulta popular em 2005

Renan quer garantir referendo sobre venda de arma

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), informou ontem que já pediu ao relator do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que inclua os recursos necessários – cerca de R$ 300 milhões – para a realização do referendo popular, previsto para outubro de 2005, sobre a proibição da venda de armas de fogo. Renan frisou que o montante é menor do que foi gasto pelo governo no ano passado – cerca de R$ 400 milhões – para socorrer vítimas da violência urbana.

Apesar de previsto desde a Constituição de 1988, o referendo será utilizado pela primeira vez no país, lembrou Renan, lamentando que no Brasil se consulte pouco a população. O senador ressaltou que a consulta sobre armas de fogo é uma experiência pioneira no mundo.

– Essa é uma excelente oportunidade para aperfeiçoarmos os instrumentos de consulta popular – afirmou.

Renan, que foi relator do Estatuto do Desarmamento, comemorou a redução do número de homicídios por armas de fogo no país, o que ele atribui à campanha de desarmamento e à vigência do Estatuto, sancionado pelo presidente da República em dezembro do ano passado.

O senador citou dados sobre a queda no número de homicídios em São Paulo, que foi de 18% entre janeiro e setembro – 2.630 mortes a menos. Na região metropolitana de Curitiba (PR), acrescentou, o número de homicídios caiu 27%.

Projeto de Aelton dá nome de Chico Xavier a rodovia federal

VOTAÇÃO Aelton Freitas defende aprovação da sua proposta pela Comissão de Educação da Câmara

Aelton Freitas (PL-MG) defendeu ontem a aprovação, pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, de projeto de sua autoria que dá o nome do médium espírita Chico Xavier a trecho da rodovia BR-050, entre a divisa de Minas Gerais e São Paulo até o limite dos municípios de Uberaba e Uberlândia, no chamado Triângulo Mineiro.

– Seria uma oportuna homenagem a uma das mais instigantes figuras da história do Brasil, considerado o médium do século e o psicógrafo de todos os tempos – afirmou.

Aelton disse também que Chico Xavier "aliou espiritualidade e trabalho social", ajudando escolas, orfanatos, lares para deficientes, ambulatórios e bibliotecas.

– Paralelamente ao nosso projeto, o prefeito eleito de Uberaba, Anderson Adauto, já começou a trabalhar para viabilizar a construção, na cidade, de um memorial dedicado à obra de Chico Xavier – anunciou o senador, salientando que Oscar Niemeyer doará o projeto arquitetônico, conforme acordo que teria sido fechado com o ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto e o empresário Ricardo Saud.

O memorial ficará no entroncamento da BR-050 e da BR-262, no trecho que passará a chamar-se, caso seja aprovado seu projeto, Rodovia Chico Xavier – informou.

Pavan cobra uso da Cide na recuperação das estradas

Ao mencionar a pesquisa Morte no Trânsito: Tragédia Rodoviária, realizada pela SOS Estradas, segundo a qual 6.800 pessoas vão morrer em decorrência de acidentes nos próximos 90 dias, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou do governo o uso efetivo da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na manutenção e recuperação das rodovias.

– Estamos terminando o segundo ano do governo Lula e pouco foi feito na recuperação das rodovias. A Cide, que arrecada R$ 0,54 por litro de gasolina e R$ 0,22 por litro de diesel vendidos nos postos, num total estimado de R$ 10 bilhões por ano, tem sido usada para pagar inchaço de ministérios, com pessoas em cargos de confiança.

Segundo Pavan, o estudo mostra que 24 mil pessoas morrem nas estradas do país, anualmente, e que apenas 5% dos acidentes são resultantes das condições das rodovias, enquanto 90% devem ser atribuídos à imprudência dos motoristas.

– Concordo também. Pela imprudência dos motoristas e pela imprudência do governo. Porque só jogar batata quente na mão de quem é motorista, não dá – afirmou ele.

RESPONSABILIDADE Pavan atribui parecela dos acidentes de trânsito a imprudência do governo federal

Simon afirma que é preciso repensar modelo federativo

■ Senador adverte para "quebradeira geral" de estados e municípios, enquanto a União engorda com tributos

Ao manifestar preocupação com a "quebradeira geral de estados e municípios", o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que está na hora de se repensar o modelo federativo, para que ele se realize na prática. Observou que, enquanto isso, "a União engorda às custas de contribuições, que, na maioria das vezes, não revertem em bons serviços para a população".

Depois de fazer um histórico do sistema no Brasil, Simon disse que as várias formas federativas, mais ou menos centralizadas, ainda não foram capazes de resolver os problemas e desigualdades no país. A seu ver, é urgente a necessidade de um balanço do pacto federativo, focando-se essencialmente a questão da sustentação dos entes federados.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

ATRIBUIÇÃO Pedro Simon diz que, como Casa da Federação, Senado tem papel importante nesse debate

Simon lembrou que muitas prefeituras se sustentam com os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e com os programas sociais do governo, o mesmo acontecendo com alguns estados.

O senador lembrou que as regras de partilha das transferências da União muitas vezes não levam em conta o critério populacional, repetindo o desequilíbrio já conhecido na representação política. Para ele, uma norma interessante de partilha deveria levar em conta o cálculo de uma base orçamentária *per capita*, "rigorosamente equilibrada".

Como Casa da Federação, o Senado é uma peça importante nessa discussão, afirmou Simon, que recebeu apoio de Ney Suassuna (PMDB-PB) e Heloísa Helena (PSOL-AL).

Mão Santa sugere a Lula presente de Natal ao Piauí

A cinco dias do Natal, o senador Mão Santa (PMDB-PI) ofereceu, em discurso, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva algumas sugestões de presentes ao estado do Piauí. Ele disse que tomava essa iniciativa como um autêntico peemedebista, que deseja o bem do Brasil e do povo brasileiro.

Mão Santa propôs que o governo destine ao estado os US$ 10 milhões necessários à conclusão do Porto de Luís Correia. Lembrou que, devido a sua posição geográfica, o Piauí fica próximo de algumas das principais capitais brasileiras, que se beneficiariam com o porto, o qual seria também um dos terminais mais próximos da Europa.

– Eu aqui não busco nenhum cargo, mas atender às necessidades do Piauí. E esse seria um bom presente de Natal para o estado – afirmou.

Mão Santa recordou que, no governo Sarney (1985-1990), foi iniciado um programa de irrigação, que transformaria economicamente algumas cidades do seu estado, situando-as no mesmo patamar de cidades como Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). O projeto até hoje não foi concluído. Investir nesse projeto, de acordo com o parlamentar, seria outro bom presente de Natal para o Piauí.

O senador disse ainda que o Piauí "já chorou" para que o governo federal inaugurasse um hospital universitário no estado, reivindicação atendida em parte, porque, até agora, quase 25 anos depois, o hospital não foi concluído. Conforme o senador, o Piauí "sonhava com a eleição de Lula, com a esperança de realizar esse sonho, que seria mais um presente de Natal".

REIVINDICAÇÕES Mão Santa pede, entre outras medidas, recursos para conclusão do Porto de Luís Correia

Segundo Mão Santa, o PMDB não quer cargos, mas obras para um estado pobre como o seu. "Não vamos jamais deixar o PMDB ir para o troca-troca. O nosso PMDB jamais vai servir de troca-troca para apoiar o governo", frisou.

CIDADANIA Segundo Valdir Raupp, iniciativa visa aproximar a alta corte da sociedade brasileira

Raupp elogia plano para aprimorar a atuação do STJ

Ao lembrar que o cidadão brasileiro paga muito imposto por serviços públicos de baixa qualidade, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou, em discurso no Plenário, o Plano Estratégico 2004/2006 que está sendo implantado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo ele, o projeto cria um novo modelo de gestão, baseado nos conceitos de agilidade, transparência, inovação tecnológica, criatividade e qualidade do trabalho.

O senador informou que, para cumprir o plano, foram estabelecidas quatro estratégias: agilizar a prestação jurisdicional; aproximar o tribunal da sociedade; garantir prestação jurisdicional efetiva e transparente; e contribuir para a expansão e modernização do Judiciário. Além disso, foram estabelecidos objetivos estratégicos, metas a serem cumpridas e outros 35 projetos estratégicos.

– A idéia é estabelecer uma visão estratégica de longo prazo, com diretrizes claras, bem como um sistema de medição do desempenho baseado em indicadores que verifiquem se o plano está sendo adequadamente realizado e evitem o desperdício de esforços em ações de pouco ou nenhum impacto – explicou o parlamentar.

EMERGÊNCIA Zambiasi ressalta pedido da bancada gaúcha para reforço no policiamento

Zambiasi quer mais policiais rodoviários federais no RS

Ao denunciar que a Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul encontra-se em situação crítica, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu o apoio da Presidência do Senado ao pleito que a bancada gaúcha encaminhará ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Os parlamentares pedirão um aumento emergencial no quadro de servidores lotados no estado.

Citando levantamento feito pelo Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Rio Grande do Sul, Zambiasi informou que um efetivo de 663 policiais está atuando em 44 postos de fiscalização e com a responsabilidade de fiscalizar 5.350 quilômetros de rodovias federais, o que representa a maior malha viária do país.

– Para um bom funcionamento dos postos de fiscalização são necessários, no mínimo, para cada escala de serviço, três policiais, dois na ronda e um no posto atendendo os chamados e efetuando as demais atividades inerentes à rotina policial. Mas, com a falta de efetivo, alguns postos do estado funcionam com apenas um policial por escala de serviço e o restante opera com dois agentes – afirmou.

Como exemplo das dificuldades, o senador citou que o posto de Terra de Areia, cidade cortada pela BR-101, foi fechado por falta de pessoal.

Jonas: agronegócio entra em fase de "turbulência"

- Senador reclama tratamento especial ao setor, para evitar que seja jogado por terra esforço "de anos a fio"

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse ontem que o agronegócio brasileiro está entrando em um "período de turbulência" devido à queda nos preços das *commodities* no mercado internacional, à elevação dos custos de produção e à queda na cotação do dólar e a conseqüente valorização do real. Ele afirmou que a situação é preocupante e pediu que o governo dê tratamento prioritário ao setor.

– Há a necessidade de que se dê, com urgência, um tratamento especial e prioritário ao agronegócio, sob pena de jogarmos por terra um grande esforço feito por anos a fio. O governo federal precisa adotar medidas que sejam proativas. Para tanto, é imprescindível que seja assegurado que o Ministério da Agricultura disponha desde já de recursos para implementar as medidas de defesa sanitária e os instrumentos de política agrícola necessários.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

COBRANÇA Para Jonas, redução nos preços, aumento de custos e queda do dólar ameaçam agronegócio

Para o senador, ainda existem sérias dificuldades em relação a embargos aos produtos brasileiros, impostos por restrições sanitárias, situações meteorológicas desfavoráveis em algumas regiões e a incidência da ferrugem na soja, que reduziu a produtividade e comprometeu a sua lucratividade.

Jonas citou ainda a dificuldade que o produtor enfrenta para fazer chegar os insumos até a sua propriedade e, depois, escoar sua produção, tanto para o mercado interno quanto para o externo.

– Isso acontece porque o governo federal nada tem feito para melhorar a infra-estrutura de transporte, tanto a malha rodoviária quanto a portuária.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que essa é uma "crise anunciada" e que é preciso evitar o reinício do endividamento do setor agropecuário. Ele disse que a Região Sul não consegue negociar o trigo que tem armazenado, ocupando espaço necessário ao armazenamento da próxima safra.

Paim cobra extinção do fator previdenciário

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a revogação do fator previdenciário. Ele definiu essa fórmula para cálculo dos benefícios como "uma complicada operação matemática cujo objetivo é reduzir os valores da aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada". O fator, acrescentou, obriga o cumprimento de um tempo de serviço maior e, conseqüentemente, aumenta o tempo de contribuição do trabalhador.

Paim lembrou ter denunciado os efeitos perversos do fator previdenciário na época de sua aprovação, em 1999. Além do tempo de contribuição e da idade do trabalhador, a fórmula leva em conta também a expectativa de vida média do brasileiro no dia da concessão da aposentadoria. O aumento dessa expectativa, anunciado recentemente pelo IBGE, irá reduzir ainda mais os benefícios.

Conforme Paim, o fator provoca uma redução média de 30% nos benefícios concedidos aos homens e de 35% nos dados às mulheres.

O senador defendeu também a aprovação, pela Câmara, da proposta que minora os efeitos negativos da reforma da Previdência. A proposta, chamada de PEC paralela, foi incluída na convocação extraordinária de janeiro deste ano, mas agora será analisada somente em fevereiro do ano que vem.

Paim disse que o ministro da Previdência, Amir Lando, reconheceu ontem que a melhor forma de se reforçar o caixa da Previdência é realizar "uma ampla campanha sobre fraudes, desvios, sonegação e combater as aposentadorias milionárias fantasmas". O senador anunciou que aposentados e pensionistas realizarão ampla movimentação em Brasília em fevereiro do ano que vem, reivindicando para seus benefícios o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo.

PREJUÍZO Conforme Paim, fator reduz benefícios em 30% para os homens e em 35% para as mulheres

AGRADECIMENTO Suplicy lê mensagem em que Genilma destaca apoio de pessoas e entidades

Brasileira recupera filhos que estavam no Paraguai

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou em Plenário que a brasileira Genilma Boehler recuperou, na sexta-feira passada, seus dois filhos que estavam sendo mantidos ilegalmente no Paraguai pelo próprio pai, o antropólogo paraguaio Eri Daniel Rojas Villalba, após a separação do casal. O senador lembrou que as crianças, Arturo (10 anos) e Guilhermo (7), passaram dez meses fora do Brasil.

– Genilma Boehler enfrentou uma batalha extraordinária, mas obteve um final feliz, graças aos esforços do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro Celso Amorim, do assessor Gilberto Carvalho, dos embaixadores do Brasil no Paraguai, do senador Paulo Paim, do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Fabiano Pereira, e de tantas outras pessoas – enumerou Suplicy.

Um *e-mail* enviado pela própria Genilma Boehler foi lido pelo senador Suplicy. Na mensagem eletrônica, a mãe brasileira agradece o apoio que recebeu de diversas pessoas e entidades, inclusive do presidente do Paraguai, Nicanor Duarte.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou o interesse e a participação de Eduardo Suplicy na recuperação das crianças.

Valadares registra encontro de prefeitos e reclama verbas do Orçamento

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) – *foto* – registrou ontem a realização, no último fim de semana, em Aracaju, de encontro dos prefeitos de oposição ao governador João Alves (PFL). O encontro reuniu prefeitos ligados ao PT, PSB, PTB, PL, PCdoB e PMDB, que discutiram os rumos das administrações municipais sob a ótica de "obras que realmente interessem à comunidade".

Em seu pronunciamento, Valadares reclamou melhor tratamento a Sergipe na distribuição dos recursos do Orçamento da União. Segundo ele, alguns estados estão sendo prejudicados e outros, privilegiados, dependendo do sub-relator setorial. O senador disse confiar na intervenção do relator-geral, senador Romero Jucá (PMDB-RR), para que seu estado seja contemplado com uma justa distribuição das verbas.

ProUni ajudará o ensino fundamental, diz Ana Júlia

■ No Pará, somente 14% dos professores da 1ª à 4ª série, na rede pública, têm curso superior, diz senadora

O Programa Universidade para Todos (ProUni) deverá desempenhar "papel fundamental", na opinião da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), para que todos os professores do ensino fundamental do país obtenham formação de nível superior. Essa meta, recordou, precisa ser alcançada, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), até 2005.

De acordo com a senadora, no Pará somente 14% dos professores da 1ª à 4ª séries, da rede pública, têm formação superior. Já a média do Brasil, disse, é de 41% e em Mato Grosso do Sul chega a 76%. A seu ver, o ProUni ajudará a reverter esse quadro, por fomentar a qualificação docente ao favorecer a concessão de bolsas de estudo para os professores.

Roosevelt Pinheiro

MÉRITO Para Ana Júlia, programa fomentará a qualificação docente ao conceder bolsas de estudo

Além disso, segundo Ana Júlia, o programa tem a vantagem de promover a inclusão "socialmente seletiva" na universidade, ampliando o acesso ao ensino superior de jovens provenientes de famílias com renda mais baixa.

– Como parte da estratégia de ampliação de vagas no ensino superior, o ProUni é uma louvável iniciativa. A delimitação da renda dos candidatos às bolsas integrais e parciais, bem como o pré-requisito de estudo exclusivo em escola pública, formam o contraste com o histórico perfil elitista de nossa educação superior, que beneficia hoje somente 9% da população jovem em idade de freqüência universitária – assinalou Ana Júlia.

País precisa valorizar mais o professor, diz Flávio Arns

No momento em que se discute o Orçamento da União para 2005, disse o senador Flávio Arns (PT-PR), é preciso destacar o papel do professor no processo educativo. Muito se debate sobre as verbas para educação, observou, mas a concretização dos objetivos de maior qualidade no ensino passa pela valorização do professor.

Na opinião de Arns, o país precisa investir na formação dos integrantes do magistério, não apenas nas áreas de conhecimento, mas também na formação ética e social. Os professores, afirmou, devem estar preparados para lidar com situações difíceis, que exigem "sensibilidade e habilidade".

O quadro da educação brasileira, na opinião do senador, é preocupante, principalmente em instituições públicas. Muitos professores, observou, enfrentam salas superlotadas, sem equipamentos e com alunos desmotivados. Para ele, os investimentos são fundamentais para que os educadores disponham de salários dignos e boas condições de trabalho.

Roosevelt Pinheiro

APOIO Para Flávio Arns, é preciso investir na formação ética e social dos integrantes do magistério

– Somente pelo caminho da educação os brasileiros se tornarão co-responsáveis, críticos, preparados e interessados em debater as questões nacionais. E o professor é fundamental nesse processo – ressaltou.

Jucá elogia investimentos em educação

Ao divulgar iniciativas do Ministério da Educação (MEC), o senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que todos os cidadãos têm direito de ser informados a respeito do que o Estado está fazendo. Entre outras conquistas, Jucá destacou o aumento dos recursos destinados à educação. Em 2004 foram R$ 17,3 bilhões, e em 2005 deverão ser R$ 20,7 bilhões.

Célio Azevedo

RECURSOS Segundo Romero Jucá, educação deve receber R$ 20,7 bilhões no próximo ano

Para a alfabetização de jovens e adultos, o ministério destinará R$ 631 milhões no próximo ano. Para as universidades federais, haverá um reforço de R$ 1,7 bilhão, sendo que R$ 1,3 bilhão irá para reajuste dos salários de docentes e pessoal técnico-administrativo.

Em 2005, serão investidos R$ 1,3 bilhão como contrapartida do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (Fundeb), que substituirá o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Roosevelt Pinheiro

BENEFÍCIO Projetos em parceria com japoneses garantiram investimentos no Tocantins, diz João Ribeiro

João Ribeiro: acordos com o Japão têm sido positivos

O senador João Ribeiro (PFL-TO) destacou os impactos positivos da relação bilateral entre Brasil e Japão que, disse, têm contribuído muito para o desenvolvimento nacional e, particularmente, dos estados da Região Norte. Além de influenciar de maneira positiva na cultura brasileira, com a imigração iniciada em 1908, afirmou, o Japão tem sido importante parceiro comercial, "responsável por significativos saldos registrados pela economia nacional".

Até novembro, o Brasil tinha importado mais de US$ 1,3 bilhão daquele país, e exportado US$ 2,6 bilhões. Os números da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) mostram que esse é o melhor resultado obtido pelo país nas transações comerciais com os japoneses nos últimos dez anos.

No campo da cooperação técnica, o destaque, disse o senador, foram os projetos em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), que possibilita o treinamento de pessoal técnico brasileiro no Japão e a doação de equipamentos para programas de meio ambiente, saúde, agricultura, indústria e assistência social.

O Tocantins também tem se beneficiado. João Ribeiro citou acordos que asseguraram significativos recursos para seu estado, possibilitando investimentos em ferrovias e eletrificação rural. No ano passado, Tocantins firmou convênio com o Japão para o Projeto de Fortalecimento do Sistema de Suporte aos Pequenos Produtores Rurais do Estado (Forter).

Mozarildo quer menos entraves para negócios no Brasil

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu a eliminação dos entraves ao desenvolvimento das forças produtivas no país, ao comentar relatório divulgado em setembro pelo Banco Mundial intitulado "Fazendo Negócios em 2005: Removendo Obstáculos contra o Crescimento". A publicação mapeia o esforço realizado por países em desenvolvimento para reduzir a burocracia que emperra seus negócios e revela, conforme o senador, números preocupantes sobre a situação brasileira.

Abrir uma empresa no Brasil, de acordo com o estudo, exige em média 17 procedimentos, 152 dias e custo de 11,7% do rendimento *per capita*. O país tem ainda problemas em outros indicadores levantados pelo Banco Mundial, referentes, observou Mozarildo, à proteção de investidores e ao registro de marcas e patentes.

As estatísticas sobre as empresas insolventes são também "absolutamente preocupantes", observou. Levam-se em média, segundo o relatório, dez anos para liquidar uma empresa insolvente, contra 1,7 em países ricos. E de cada dólar que se tem a receber de uma empresa quebrada, recuperam-se 72,1 centavos nos países ricos, contra 0,2 centavo no Brasil.

Roosevelt Pinheiro

ENTRAVES Mozarildo mostra estudo do Banco Mundial sobre o peso da burocracia no crescimento do país

– Isso por si só demonstra que toda essa burocracia, essa regulamentação excessiva nem sequer dão um mínimo de segurança a empresários, trabalhadores e demais segmentos envolvidos em negócios em nosso país – lastimou Mozarildo, para quem não é a quantidade de leis que garantirá o bom desempenho da economia, mas a qualidade da legislação.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney e Eduardo Siqueira Campos